ano passado, em quantidade, e 109% superiores em valores — resultado este obtido pela grande importação de tecidos asiáticos. Em 1993, o súbito aumento das importações registradas nesse capítulo foi devido basicamente à entrada de um grande volume de algodão em pluma subsidiado, principalmente dos EUA. Segundo registra o próprio Departamento de Agricultura norte-americano, as exportações para o Brasil passaram de 182 mil fardos, em 1992, para 337 mil, em 1993.

A fibra brasileira apresenta, em condições adequadas, padrões equivalentes aos internacionais.

Ademais, os produtos importados contam com facilidades no financiamento que tornam o produto nacional menos atraente para aquisição. Além de contar com um prazo de pagamento de até 360 dias, as taxas de juros que os importadores brasileiros pagam são as internacionais, ou seja, de 6 a 8% ao ano.

A procura do produto importado pode ser em parte explicada pela necessidade da indústria de buscar fibras com atributos mais adequados aos novos processos e requisitos do produto final. A Fundação Blumenauense, em 1987, realizou uma pesquisa de comparação da qualidade da fibra nacional com as fibras importadas que ressalta justamente este ponto. Conclui que a fibra do algodão produzido no Brasil não se adequa às exigências e necessidades das novas e modernas tecnologias que a indústria vem empregando, como a fiação a rotor, a jato de ar e por fricção. Nossa fibra pode ser extremamente semelhante aos padrões médios internacionais, e atender em geral à demanda da indústria de fiação nacional, que utiliza em grande parte o processo de fiação por anéis. No entanto, para competirmos com os produtos internacionais de qualidade, há que se fazer muito esforço, tanto do lado da produção, como do lado industrial.

Do governo, é preciso firmeza e determinação na condução da política econômica, reduzindo as exorbitantes taxas de juros, conduzindo a economia para uma estabilidade sustentável, e estimulando o investimento em novas tecnologias. Do lado da indústria, a garantia de alíquotas baixas para a importação da matéria-prima não é suficiente para o setor enfrentar a concorrência externa. É uma medida paliativa e de curto prazo, que compromete a cotonicultura nacional e não resolve definitivamente o problema de competitividade do setor industrial. Há que se promover a modernização do seu parque industrial, bem como estimular a produção da matéria-prima nacional, observando a meta da qualidade, por meio, por exemplo, da implementação de arranjos contratuais, como os que funcionam em diversas outras cadeias agroindustriais. Do lado da produção, algumas metas devem ser perseguidas, como o contínuo aprimoramento genético das nossas variedades, a implementação da colheita mecanizada e a renovação e atualização das máquinas de descaroçamento e beneficiamento de algodão.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

MERCADO DE CARNES

A disputa pelo consumidor

Os setores de carnes bovina, avícola e suína passaram por muitas mudanças desde 1980, tanto no Brasil como nos EUA. O cruzamento dos dados de consumo per capita *e de preço no varejo em gráficos divididos em quatro quadrantes retrata esse passado de forma original.*

Muito se tem falado a respeito da competitividade entre os diversos tipos de carnes, dentro do complexo cárneo em nível internacional. Ultimamente, vêm-se repetindo, nas publicações especializadas, pesquisas que nunca falham em apontar a vantagem comparativa que a carne avícola detém em relação à bovina e à suína, com o crescimento de sua produção sendo diretamente imputado ao fato de ela aliar atributos de grande apelo junto aos consumidores.

De fato, num mundo em que a preocupação com a relação qualidade/preço vem assumindo proporções cada vez maiores, não é de estranhar que a avicultura esteja em ampla vantagem diante das concorrentes.

Se esta é a situação de fato hoje, em anos passados o posicionamento competitivo entre os três produtos era muito diferente. Ao longo dos últimos 25 anos, o perfil do consumo mundial das proteínas animais tem mudado de forma consistente, a partir de alterações nos padrões de demanda, que vão desde as preocupações quanto à ingestão de gordura e ao colesterol, até a conveniência do preparo dos alimentos.

Mudanças demográficas, caracterizadas por casamentos mais tardios e diminuição no tamanho das fa-

mílias, completam o quadro, usualmente ocorrendo uma conjugação entre maior disponibilidade de renda e menor disponibilidade de tempo para a aquisição, preparo e consumo de alimentos.

A título de exemplo, a demanda de carne bovina industrializada sob a forma de hambúrguer tem experimentado rápido avanço em anos recentes no mercado norte-americano, devido à sua evidente praticidade. Na contramão, tem decrescido a procura de cortes do boi cujo consumo se dá sob a forma assada ou cozida.

O crescimento das redes de alimentação do tipo *fast-food* reflete esta tendência, com cada vez mais pessoas recorrendo a elas como opção rápida e barata. Até porque, à medida que aumentam a renda e o número de pessoas que trabalham dentro da mesma família, os indivíduos tendem a alimentar-se mais fora do domicílio.

O avanço mais incisivo da carne branca nos cardápios brasileiros ligou-se diretamente à perda do poder de compra dos salários.

O consumidor tem alterado seus hábitos de consumo

Entre o início dos anos 70 e meados da década de 80, o perfil da preferência dos consumidores norte-americanos quanto aos alimentos alterou-se substancialmente. Passou-se a ingerir mais carne de frango, queijo, frutas e legumes frescos, frutas processadas e em suco, produtos derivados de cereais, e outros alimentos processados. Por outro lado, declinou o consumo de carne bovina e suína, legumes processados, açúcar, doces, café e chá.

De modo geral, as pesquisas que visam comprovar este processo de mudança nos hábitos alimentares usualmente utilizam a verificação dos dados de disponibilidade interna. De fato, no que diz respeito às carnes, as estatísticas são claras em mostrar que, no Brasil, desde 1970, a grande vitoriosa tem sido a carne avícola, cujo consumo *per capita* anual avançou 51% entre aquele ano e 1994. Já para a carne bovina, o aumento foi de apenas 5%, enquanto ocorreu decréscimo de 5% junto à carne suína.

Uma forma mais interessante de ver como cada um dos três setores se comportou ao longo deste período parece ser a reprodução, para o caso brasileiro, da análise realizada pelo Departamento de Economia Agrícola e Aplicada da firma norte-americana de consultoria Virginia Tech para o caso daquele país.

Tal estudo foi efetivado plotando-se os dados de consumo *per capita* anual e do preço real varejista médio anual de cada produto em gráficos cartesianos, os quais foram a seguir divididos em quatro quadrantes. Desta forma, foram gerados quatro campos de situação específica de mercado.

No quadrante a noroeste (quadrante A) estariam aliados baixo consumo *per capita* e altos preços no varejo; a nordeste (quadrante B), alto consumo *per capita* e altos preços varejistas; a sudeste (C), alto consumo *per capita* e baixos preços varejistas; e a sudoeste (D) baixo consumo *per capita* e baixos preços varejistas.

No que diz respeito à carne bovina, a época de ouro para os pecuaristas de corte nos EUA ocorreu durante a década de 70, cujos pontos se encontram especialmente no quadrante B, aliando-se um elevado consumo *per capita* a preços recordes no varejo. A partir da década seguinte, porém, a trajetória passou a ser de retrocesso e descenso, num movimento que, no início dos anos 90, levou os pontos a se situarem no pior dos quadrantes do ponto de vista dos produtores (D).

O que se observa é que, apesar da forte queda verificada no preço varejista da carne bovina entre 1981 e 1986, o consumo *per capita* anual praticamente não se moveu, sugerindo que, já àquela época, o consumidor médio norte-americano revelava-se crítico quanto à ingestão da carne vermelha. Apenas ao final daquela década, houve uma recuperação marginal no preço, mas à custa de novo afastamento do consumidor em relação a este produto. Observe-se que, em 1994, a recuperação (marginal) do consumo desta carne se deu devido a um recorde histórico de desvalorização do seu preço.

O consumidor brasileiro ainda reage primariamente a preços

No caso brasileiro, se o quadro não é idêntico ao observado nos EUA, sem dúvida há algumas similaridades.

Num mundo em que a relação qualidade/preço vem alcançando proporções cada vez maiores, é natural que a avicultura obtenha vantagens diante das carnes concorrentes.

O fato de nem todos os pontos da década de 70 terem-se localizado nos quadrantes B e C, como nos EUA, deve-se às particularidades do ciclo pecuário no Brasil. Explicitamente, em 1978 teve início mais uma fase de retenção das matrizes por parte dos pecuaristas, movimento que deu suporte às cotações e que se manteve no ano seguinte.

Por outro lado, se o movimento dos anos mais recentes guarda grande semelhança com o observado nos EUA — com uma clara tendência de diminuição, tanto

no consumo, como nos preços —, outros foram os motivos que não a simples rejeição por razões nutricionais.

Na primeira metade da década de 80, no Brasil, não se assistiu à desesperada tentativa dos pecuaristas norte-americanos de segurar o consumo por meio de forte queda nos preços. Antes, a marcante presença dos pontos no quadrante A mostra que o embate entre produtores e consumidores assumiu aqui outro aspecto, com as oscilações econômicas de então e o recrudescimento inflacionário responsabilizando-se pela resistência dos consumidores a aceitarem a elevação dos preços. Em outras palavras, a incapacidade de aumentar o consumo *per capita* do produto derivou tão-somente da perda do poder de compra.

No final dos anos 80 e início dos 90, a situação alterou-se, com todos os pontos localizando-se no quadrante D. Desde 1991, os preços têm caído sistematicamente, embora isto nem sempre tenha sido suficiente para empolgar os consumidores, que chegam até a diminuir o consumo (casos de 1992 e 1993).

O motivo não reside aparentemente na perda do poder de compra, já que a relação entre o salário mínimo e o preço deste produto cresceu entre 1990 e 1993. Resta a explicação de que os consumidores tenham preferido direcionar seus recursos para a carne avícola (produto de melhor relação custo/benefício) e/ou para outras despesas.

Enquanto pecuaristas e consumidores travavam essas disputas no Brasil e nos EUA, o papel de coadjuvante reservado de início à avicultura passou por modificações, desta feita de forma praticamente igual em ambos os países.

Particularidades da carne avícola garantiram seu sucesso de vendas

Conforme pode ser comprovado pelos gráficos referentes à carne avícola, nos dois casos sua trajetória foi muito semelhante, com os pontos deslocando-se paulatina e diretamente do quadrante A ao quadrante C. As diferenças dizem respeito ao fato de, no Brasil, nos anos 70, o consumo *per capita* ter apresentado um avanço gradual (mesmo quando a queda do preço real não existia ou não era significativa de um ano para outro), além de ter havido relativamente poucas oscilações no preço.

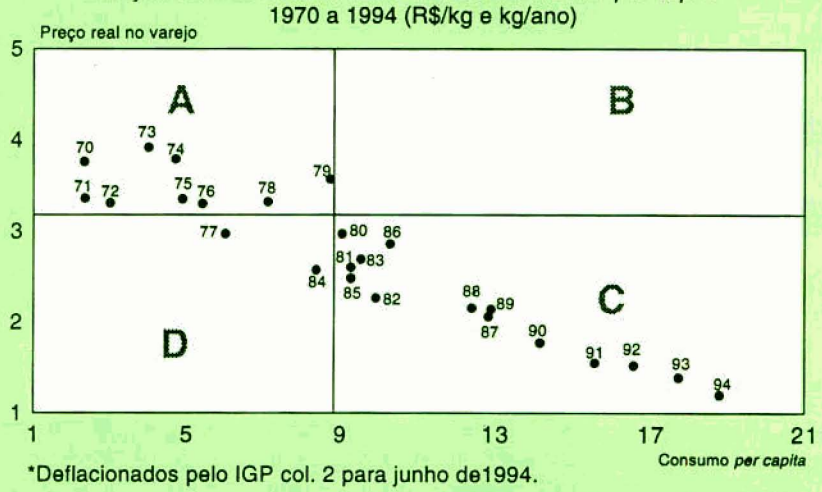
Enquanto isto, nos EUA, de 1970 a meados dos anos 80, o consumo *per capita* de frango resistiu a expandir-se. Este processo só deslanchou a partir de 1987, ano em que ocorreu ao mesmo tempo violenta retração no consumo *per capita* da carne bovina.

Tem decrescido a procura de cortes do boi cujo consumo se dá sob a forma assada ou cozida.

Conclui-se, portanto, que o avanço muito mais incisivo da carne branca nos cardápios brasileiros ligou-se

Brasil — carne de frango

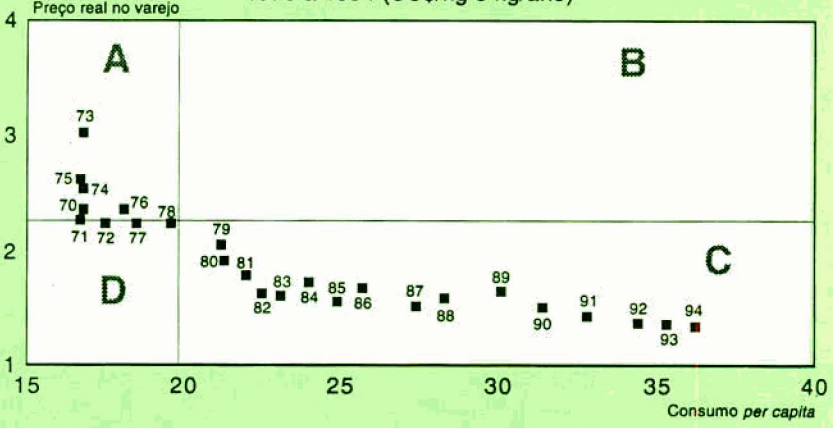
Preços reais* na cidade de São Paulo e consumo *per capita* — 1970 a 1994 (R$/kg e kg/ano)



*Deflacionados pelo IGP col. 2 para junho de1994.

EUA — carne de frango

Preços reais* no varejo e consumo *per capita* — 1970 a 1994 (US$/kg e kg/ano)



*Deflacionados pelo CPI para 1982-84.

diretamente à perda do poder de compra dos salários, ajudado pelo fato de as oscilações econômicas (e, por conseqüência, o ciclo pecuário) sempre terem dificultado uma maior flexibilidade nos preços da carne bovina com vistas a frear as eventuais quedas no seu consumo.

Por sua vez, nos EUA o processo de substituição da carne bovina pela avícola só adquiriu força ao entrar em cena a maior conscientização do público quanto aos malefícios da ingestão de gorduras e do colesterol.

Por último, cumpre analisar o encadeamento dos dados referentes à carne suína, alimento cuja sobrevivência em ambos os países ainda depende de uma série de iniciativas de *marketing* que a livrem do estigma de "fazer mal à saúde".

No caso norte-americano, a erraticidade da localização dos diversos pontos consola os suinocultores brasileiros, mostrando que, lá como cá, os criadores vivem à base de constantes mudanças no seu perfil de mercado.

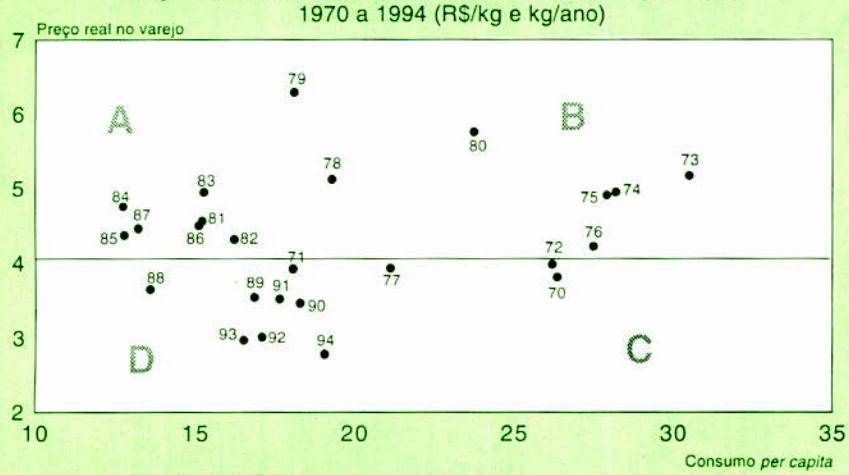
Naquele país, mais de metade dos pontos referentes à década de 70, quando a população não dava maior importância às propriedades dos alimentos, localizou-se no quadrante A. Não foi por outro motivo que três desses pontos ficaram no quadrante C, pois a demanda então reagia pronta e positivamente a diminuições no preço.

Já nos anos 80, o quadro começou a mudar, agudizando-se o processo de rejeição ao produto a partir da segunda metade da década, à semelhança do que aconteceu com referência à carne bovina e pelas mesmas razões já apontadas (pontos no quadrante D).

Na atual década, os produtores norte-americanos de suínos têm conseguido aos poucos recuperar os níveis de consumo, mas sempre à custa de ininterruptas desvalorizações em seu preço. Em 1994, o preço foi o mais baixo da série, e o consumo apresentou razoável avanço em relação à média do quadriênio 1990-93.

Brasil — carne bovina

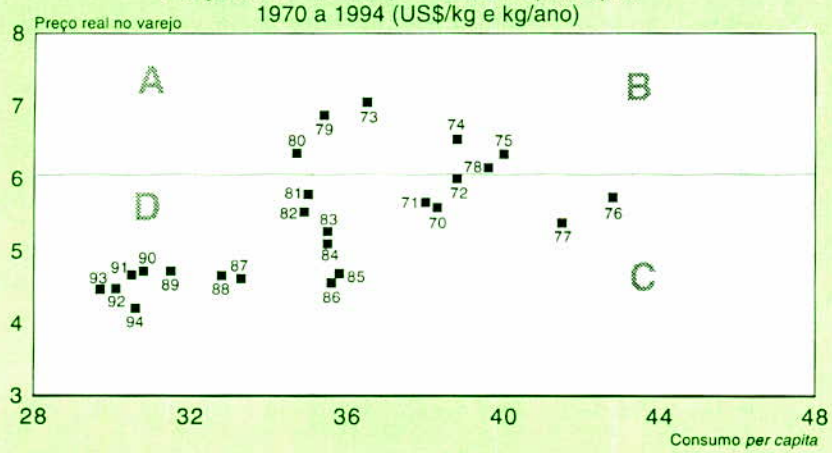
Preços reais* na cidade de São Paulo e consumo *per capita* — 1970 a 1994 (R$/kg e kg/ano)



*Deflacionados pelo IGP col. 2 para junho 1984.

EUA — carne bovina

Preços reais* no varejo e consumo *per capita* — 1970 a 1994 (US$/kg e kg/ano)



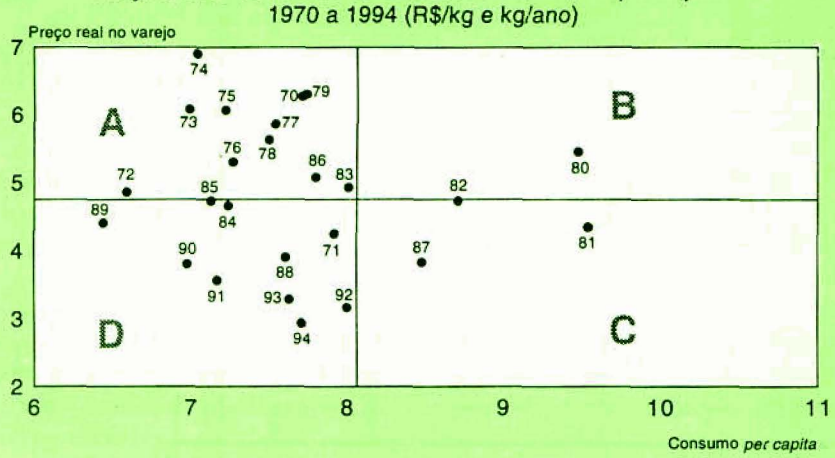
*Deflacionados pelo CPI para 1982-84.

Suinocultura brasileira precisa de estímulo ao consumo

Se o quadro suinícola para o Brasil foi semelhante ao norte-americano nos anos 70 (pontos no quadrante A), o mesmo não se pode dizer quanto à década seguinte, quando os pontos se espalharam por todos os quadrantes. Isto significa que, na mesma época em que os consumidores nos EUA passaram a rejeitar o produto independentemente de desvalorizações reais em seu preço, no Brasil o perfil deste mercado permaneceu indefinido. De qualquer for-

Brasil — carne suína

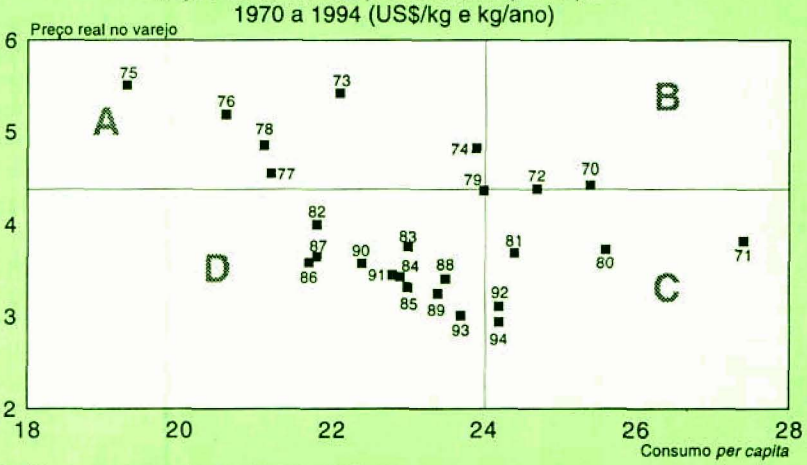
Preços reais* na cidade de São Paulo e consumo *per capita* — 1970 a 1994 (R$/kg e kg/ano)



*Deflacionados pelo IGP col. 2 para junho 1984.

EUA — carne suína

Preços reais* no varejo e consumo *per capita* — 1970 a 1994 (US$/kg e kg/ano)



*Deflacionados pelo CPI para 1982-84.

ma, continuou a haver uma relação inversa entre preço e consumo, evidenciando que a calibragem da ingestão deste alimento continuava a dar-se em função do preço.

Por outro lado, aparentemente não houve interesse dos produtores e/ou transformadores de carne suína no Brasil em estimular um avanço na ingestão do produto, mediante uma política consistente de desvalorização dos preços. Num verdadeiro círculo vicioso, o consumo não cresce porque o preço não desce, e o preço não desce porque a produção não sobe, e a produção não sobe porque o consumo não cresce. Isto transparece ao se constatar que, entre 1980 e 1989, o consumo *per capita* médio da carne suína foi 3,4% menor do que o da década anterior.

Nos últimos anos, o consumo continuou reagindo de forma positiva a quedas nos preços, e vice-versa. A grande diferença passou a residir no indicador preço, por se estar no quadrante D, com os níveis de 1992 e 1994 tendo atingido os mais baixos patamares históricos (sem que isto tivesse relação com aumento da oferta).

A única surpresa ficou por conta de 1994, quando o consumo quase não variou em comparação com o precedente, apesar da queda de 11% no preço varejista. Muito provavelmente este fenômeno não se deveu a qualquer tipo de preconceito em relação ao produto, mas sim à incapacidade dos produtores de disputarem mercado com as carnes bovina e avícola, já que os preços destas duas declinaram, respectivamente, 6% e 14%.

IRENE RAGUENET TROCCOLI